# FUNDIÇÃO

Nº 10 - Abril 2021 - ASSOCIAÇÃO BARREIRO PATRIMÓNIO MEMÓRIA E FUTURO

# Que Futuro(s) para o Património?

# REVISTA FUNDIÇÃO

Ficha técnica

BARREIRO

Edição

Nº10

Abril 2021

Editor
ASSOCIAÇÃO BARREIRO
PATRIMÓNIO MEMÓRIA E FUTURO

Edição
Composição gráfica
e Fotografia
José Encarnação

Contactos:

Espaço L
Rua José Gomes Ferreira
Antiga Estação Ferroviária
do Lavradio

abpmf.patrimonio@gmail.com

http://associacaobarreiropatrimonio.pt
http://associacaobarreiropatrimonio.pt/jornadas

## Índice

**Editorial.....Pag. 3**

**Obras recuperação do moinho de maré "Grande". da Serração ou do Burnay.....Pag. 4 - 9**

***Quinta Braamcamp* – Apontamentos e reflexões .... ..... Pag. 10 - 13**

**Risco de Cheias na Margem Sul, uma consequência das Alterações Climáticas ..... Pag. 14**

**Projeto Quinta Braamcamp..... Pag. 15 - 16**

**Património Cultural do Barreiro um Recurso de Desenvolvimento Inovador: o caso Alburrica/Braamcamp.....Pag. 17 - 19**

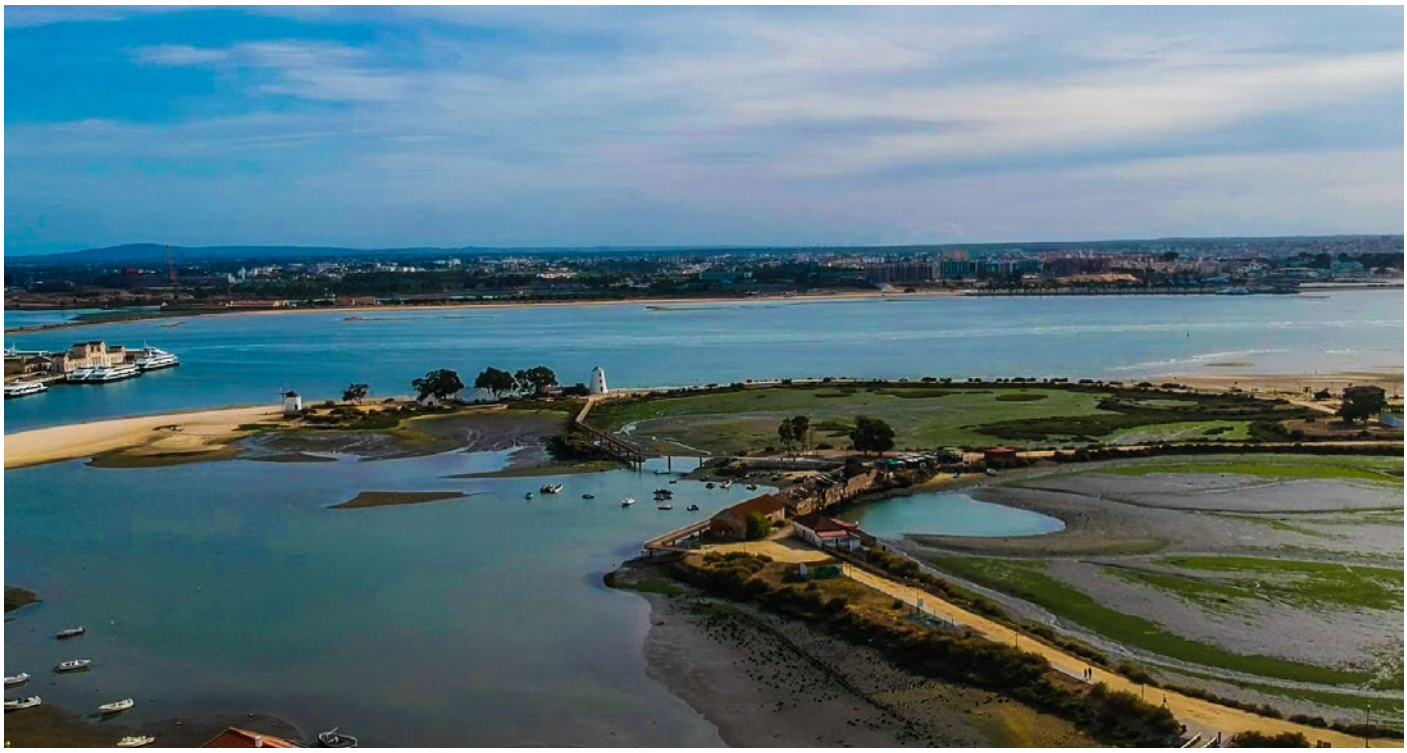
**O legado árabe e islâmico no Barreiro: os moinhos de vento..... Pag. 22 - 25**

**A Arte do Cerco.....Pag. 26 - 27**

BARREIRO
PATRIMÓNIO MEMÓRIA E FUTURO

## EDITORIAL

# Alburrica/Braamcamp Que Futuro(s) para o Património?



*A Arte é o espelho da Pátria. O país que não preserva os seus valores culturais jamais verá a imagem da sua própria alma.*
*Chopin*

Mais um ano que passou, tempos difíceis que continuamos a viver, tempos de pandemia, que deixaram o Mundo em suspenso, mas não queríamos que o dia 18 de Abril, o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios 2021, fosse esquecido. Assim, decidimos editar mais uma Revista Fundição, a nº 10, subordinada ao tema, Alburrica Braamcamp – Que futuro(s) para o património?, da responsabilidade da Associação Barreiro Património Memória e Futuro – ABPMF.

Mais uma vez abordamos este tema por duas razões: primeiro, queremos que fiquem registadas para memória futura as nossas ideias e em segundo, vamos propor a classificação, a nível nacional, do Sítio.

Informamos que, neste mesmo dia, 18 de Abril, vai começar a funcionar, o Arquivo Digital, desenvolvido e financiado pela Associação, e os vossos contributos serão bem-vindos.

Consideramos que esta revista cultural que fazemos, refere-se a uma cultura que se mede pelo lugar onde vivemos, pelos conhecimentos que temos e pela apropriação que fazemos do nosso património. Uma cultura que é feita do saber, do conhecimento científico e se exprime na requalificação do património do Barreiro, preservando a sua identidade.

Chegados ao fim de mais uma edição da Revista Fundição, cumpre deixar exarado um caloroso agradecimento a todos os que quiseram participar com empenho e prontidão em mais esta "aventura" de escrever, informando sobre a defesa do património.

Cabe agora ao leitor tirar as suas conclusões.

# Obras recuperação do moinho de maré "Grande", da Serração ou do Burnay

**Depois da Consulta do Processo As Dúvidas Permanecem**

No mês de Dezembro de 2020 expressámos um conjunto de dúvidas sobre a obra de recuperação a realizar no Moinho Grande. Este conjunto de dúvidas permanece depois da consulta presencial que tivemos de solicitar, por duas vezes, perante recusas sem significado plausível, só veio a ser autorizada no passado dia 26 de Fevereiro de 2021.

**Só este facto merece uma reflexão prévia**

Sendo a ABPMF, uma associação de defesa do património, fomos obrigados a pedir uma consulta presencial ao abrigo da lei. Lei perfeitamente clara, ao determinar que nesta situação concreta, qualquer Associação com esta natureza, tem o direito de informação e participação ( Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro, que estabelece a política e o regime de protecção e valorização do património cultural, e que no seu Artigo 10, ponto 4 determina que: "as estruturas associativas de defesa do património cultural gozam do direito de participação, informação...". Acresce o facto de o Código do Procedimento Administrativo consignar este direito de participação a todos os cidadãos, basta ver o seu Artigo 7º sobre o "Princípio da colaboração da Administração com os particulares", no nº1 lemos que " Os órgãos da Administração Pública devem actuar em estreita colaboração com os particulares, procurando assegurar a sua adequada participação no desempenho da função administrativa, cumprindo-lhes, designadamente: a) Prestar aos particulares as informações e os esclarecimentos de que careçam; b) Apoiar e estimular as iniciativas dos particulares e receber as suas sugestões e informações." No mesmo Código, salientamos a enorme importância do que é referido no seu Artigo 8.º sobre o "Princípio da participação", que impõe que os " Os órgãos da Administração Pública devem assegurar a participação dos particulares, bem como das associações que tenham por objecto a defesa dos seus interesses, na formação das decisões que lhes disserem respeito, designadamente através da respectiva audiência nos termos deste Código".

Verifica-se assim, que, desta forma, a ABPMF, para além de possuir um direito expresso de informação e participação, tem , também o DEVER de procurar cumprir e fazer cumprir aquilo que legitimamente está consignado na referida legislação.

Foi isso que fizemos e continuaremos a fazer, certos de que quem está no Poder Local não se pode arrogar no direito de não cumprir Leis que constituem empecilho ou mero obstáculo aos seus próprios desígnios.

Na verdade, foi para isso que foi criada esta Associação e se mantém em funcionamento há vários anos, apesar de ter sempre encontrado pela frente grandes dificuldades e atitudes de desinteresse, que roçaram em alguns momentos a ofensa e o insulto, quer do ponto de vista institucional, quer no que se refere a cada um de seus elementos, como meros munícipes possuidores de direitos.

Na verdade, o Executivo Camarário jamais parece ter tomado em consideração a legislação em vigor, atrás referida. Sabe esta Associação, por experiência própria, que esta situação repete outras com as quais já se defrontou. Desde o início que o Executivo da Câmara pretendeu, ao não dar conhecimento dos trabalhos de elaboração do projecto, nem procurar conhecer a opinião da Associação

durante a sua elaboração, ocultar esses trabalhos, para os apresentar completamente terminados, e assim dificultar a elaboração de qualquer tipo de parecer, não havendo já lugar a qualquer participação.

A Associação, logo que teve conhecimento da aprovação da obra de recuperação do Moinho Grande solicitou a consulta do processo como forma mínima de cumprimento da Lei, mas quando deparou com uma recusa assente numa tão administrativamente débil justificação como a pandemia, decidiu não se conformar com esta atitude anti-democrática. Insistiu, por isso , na participação a que tinha todo o direito, alegando que se a pandemia constituía tão grave empecilho, então poderia concretizar-se através de vídeo-consulta, como acontece frequentemente por todo o País, para outras situações nestes tempos. Finalmente viu marcada data para a mera "consulta", talvez porque esta insistência, ditada fundamentalmente pelo dever de defesa de um importantíssimo património industrial, tenha provocado algum sobressalto político.

Lamentamos profundamente o facto de tomarmos conhecimento de um projecto pronto a iniciar obra, onde facilmente se declinará qualquer sugestão ou dúvida que o possa atrasar, impedir um avanço mais rápido da obra mesmo que isto signifique que se estão a cometer erros no processo.

Ao violarem as Leis sobre direito de participação e informação Eliminaram, deste modo e de uma só penada, a função do movimento associativo activo. Desconsideram as funções e o trabalho totalmente voluntário dos dirigentes associativos. Pior, ainda, de forma inconsequente, abstrusa e ilegal,violaram o conteúdo essencial da democracia local: a participação.

Convém que não nos venham acusar de pôr em causa a legitimidade democrática da actual Câmara Municipal, como já tem acontecido quando esta Associação discorda de decisões que considera lesivas para o Concelho do Barreiro. Na verdade é o próprio Executivo Camarário que põe em causa essa legitimidade, ao proceder ilegalmente, como mais uma vez acaba de fazer.

Desta reflexão podemos extrair, uma vez mais, a seguinte conclusão: não existe lei democrática sobre participação que resista a este executivo camarário, porque é como se não existisse, dado que não se cumpre.

**As Questões Prévias Fundamentais**

A ABPMF entende que, apesar da situação criada e de acordo com a legislação já referida, tem a obrigação de colocar um conjunto de questões, agora que finalmente conseguiu "consultar" o processo do Moinho. Durante essa consulta e depois dela, através de um cuidado estudo, verificámos existir um número significativo de questões que ficaram sem resposta.

Previamente à análise circunstanciada dos elementos que nos foram fornecidos, impõe-se que coloquemos um conjunto de questões prévias que nos surgem como essenciais para a compreensão do processo.

Fazê-mo-lo sabendo que não vão merecer atenção, nem servirão de esclarecimento institucional, nem serão entendidos dentro das regras elementares das relações democráticas, mas porque estamos certos de que a sua análise circunstanciada é indispensável a uma correcta forma de encarar os bens patrimoniais que contribuem para a definição do nosso perfil/nossa identidade. E, ainda, porque consideramos ser nosso dever informar o maior número de barreirenses sobre as questões, que em processos como o do Moinho Grande, são de importância crucial para a compreensão do projecto.

**1 Questão – A Visão Integrada do Projecto**

1. 1- O Moinho está implantado num local que apresenta características especiais, em termos paisagísticos, ambientais, históricos e patrimoniais. Alburrica é um espaço com um extraordinário carácter de unidade ambiental, com características ecológicas e mesológicas únicas, propiciadoras da instalação, ao longo dos séculos, de vários engenhos de moagem de natureza proto-industrial e dos meios indispensáveis para a seu laboraçã. Num espaço de 50 hectares tínhamos 4 moinhos de maré (hoje temos 3) com as respectivas caldeiras, onde pelo menos uma, a caldeira do Moinho do Cabo tinha sido anteriormente uma marinha de sal, e três moinhos de vento, criando uma

"Paisagem Cultural", ou como a designa a UNESCO, uma "Paisagem Humana Evolutiva" (in "Recomendação sobre Paisagem Cultural Urbana 1", Paris Novembro 2011) por onde passa parte significativa da identidade histórica do Barreiro. De facto, é desta situação que decorre a sua actual importância em termos sociais, culturais, histórico-científicos e como potenciais factores de desenvolvimento global do Concelho e da Área Meropolitana de Lisboa.

Vários estudos realizados por investigadores defendem esta leitura de uma unidade que deve ser preservada e eficazmente equacionada como um todo ao serviço do desenvolvimento cultural, educativo e económico. Neste sentido é indispensável que, em termos de recuperação, seja analisada de forma integrada, de modo a não se perder a riqueza patrimonial de todo o conjunto e a preservar a unidade identitária, que toda a área possui.

1. 2- Sabemos bem o que se tem passado no País em relação a este tipo de problema: de facto, a tendência dominante tem consistido em tratar este tipo de unidades de forma individualizada, caso a caso, peça a peça, o que obviamente liquida muito do valor potencialmente encerrado na integralidade do espaço e na articulação que tem com os espaços adjacentes.

Até onde se pode saber, é precisamente o que está a acontecer relativamente a este espaço, porque está a ser pensado como uma manta de retalhos, pondo completamente fora de questão um estudo global de toda a Alburrica. Senão vejamos: trataram do Moinho de Vento Nascente como se nem existisse o Cabo de Pero Moço/ Alburrica, onde estão mais dois moinhos de vento, e sem os relacionarem entre si e com o Moinho do Gim, no final da Caldeira do Moinho de Maré da Braamcamp; trataram do Moinho Pequeno e da área envolvente, como se nada tivesse a ver com todo o espaço Classificado como Sítio de Interesse Municipal para protecção ambiental, paisagística e moageira, desde 2017. Nem com a própria caldeira se estabeleceu uma relação, apesar desta ser parte integrante de qualquer moinho de maré e o armazém também foi demolido; pensaram a Braamcamp fora do contexto de Alburrica e sem articulação com o Barreiro Antigo; tratam do Moinho Grande como se nada tivesse a ver com um programa conjunto que só pode existir a partir desta concepção de uma unidade constituindo uma paisagem cultural própria, da qual é necessário partir para termos um programa devidamente articulado de "recuperação".

Esta visão global, impõe-se porque ela é a única capaz não só de garantir a harmonia das relações entre estruturas, como preservar inteiramente as características ambientais, paisagísticas e identitárias que a área encerra.

**Linhas de Leitura da Paisagem Cultural Alburrica**

1. 3 - A título de exemplo para tornar mais claro o nosso pensamento e em termos muito esquemáticos como o texto exige, referiremos alguns aspectos que se cruzam no espaço de Alburrica e se entrelaçam na história da nossa terra, são algumas das muitas linhas de leitura possíveis e que devem ser tratadas primeiro em programa e de seguida em projecto faseado.

- a evolução dos engenhos de moagem (maré e vento) e a sua articulação com as alterações sociais, demográficas, técnicas. tecnológicas e a história de Lisboa, Capital do Reino desde muito cedo;
- a relação entre as moagens a agricultura e neste caso as muitas quintas que existiram, nomeadamente a Quinta Braamcamp, e as rotas de abastecimento dos moinhos;
- a piscicultura nas caldeiras e a pesca, nomeadamente, a pesca ao cerco, ou estacada, os barcos dos moinhos e os restantes barcos que povoaram o rio ao longo dos séculos e influenciaram a instalação de um estaleiro de construção naval perto dos Moinhos de Vento;

- a moagem e o seu contributo decisivo para o abastecimento do Complexo Real de Vale do Zebro, a maior fábrica de produção do "biscoito", alimento base dos navios da expansão, da Armada Real e dos Fortes de Costa durante o Período dos Descobrimentos, no qual o Barreiro participou de forma muitíssimo significativa;
- a utilização de energias limpas e a importância destas no momento actual de urgência climática mundial;
- os vestígios dos caís de embarque a estação terminal do caminho-de-ferro do Sul e Sueste e a entrada no Barreiro contemporâneo das fábricas de cortiça, nomeadamente na Quinta Braamcamp, e do Império CUF;
- a Quinta Braamcamp e as quintas de recreio da beira do Tejo o seu significado, a sua articulação com a Igreja da Nossa Senhora do Rosário, e a sua participação no desenvolvimento do Barreiro;
- a história de cada um destes bens patrimoniais construídos e a história e identidade do Barreiro, também contida nas pequenas histórias do seu passado.

1. 4 - Nenhuma destas preocupações encontrou qualquer reflexo nos documentos estudados. Na verdade, ficou-se com a convicção de que o procedimento utilizado é em tudo idêntico ao do processo de recuperação de um prédio arruinado, mas nunca do RESTAURO de um edifício com enorme valor patrimonial cultural e histórico.

**2- Estamos perante uma "recuperação" ou um "restauro"?**

2.1- É certo que a documentação que foi fornecida refere-se sempre e unicamente a um processo de "recuperação" do Moinho. Ora, este é considerado como um elemento patrimonial cultural de importância relevante para o Concelho (ainda que também o seja a nível nacional, o Barreiro possuía a maior concentração de Moinhos de Maré do Tejo, que farinhavam com dois objectivos claros: abastecer Lisboa e os fornos do biscoito, participavam, desta forma, no desenvolvimento do País, correspondendo às necessidades da Capital cabeça de um Império traçado nos Descobrimentos).
Do ponto de vista da Arqueologia Industrial estes moinhos são peças importantes de estudo de técnicas e tecnologias que foram evoluindo e importa conhecer e dar a conhecer e por isso, qualquer actuação sobre a sua estrutura e funcionalidade inicial ( para a qual foi construído), tem de obedecer inevitavelmente a uma vasta doutrina orientadora produzida à escala internacional, em inúmeros fóruns realizados em diferentes países, incluindo Portugal, e por uma vastíssima bibliografia oriunda das mais prestigiadas universidades e institutos.

Acontece que o termo "recuperação" é frontalmente desqualificado para designar qualquer tipo de acção a empreender neste campo, pois refere-se a um procedimento técnico que não é aceitável. Aquele que é consensualmente utilizado é o de "restauro".

2.2 - De acordo com a Carta de Veneza, um dos documentos fundadores produzidos a propósito do património cultural, a "restauração tem por objectivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos". Já no Documento de Nara (1994), para esta questão, é equacionado o problema da seguinte forma: "A conservação da herança cultural em todas as suas formas e em todos os períodos históricos, está enraizada nos valores atribuídos ao património cultural". O que isto quer afirmar é a necessidade de garantir a autenticidade daquilo que se vai restaurar por razões que se tornarão claras mais à frente. Também o ICOMOS defende nos seus "Princípios de Dublin" idêntica posição para o património industrial.

Não pretendemos teorizar sobre esta questão, mas somente entender se a terminologia utilizada de "recuperação" o foi intencionalmente, ou exprime unicamente a noção corrente de recuperar o "monumento" com uma finalidade meramente utilitária para uma função ocasional (na verdade, a intenção inaceitável de eliminar o "armazém", aponta claramente neste sentido - como é que é possível imaginar um moinho, que moía toneladas, sem o seu armazém para recolher o grão e guardar a farinha logo que produzida? Como é possível destruir o armazém e apagar parte da sua história?). Se se trata da 1ª situação, nada no texto a explicita de forma fundamentada. No 2º caso, tratar-se-á de um erro crasso, absolutamente inaceitável. Na verdade, por mais difícil que seja para quem

viu o Moinho ao longo do tempo, pensá-lo como monumento, este é um monumento de Arqueologia Industrial, carregado de significado histórico. Coisa que no Barreiro abunda e nos diferencia da maior parte dos concelhos portugueses e deveria representar um factor de riqueza a ser potenciada nos desenvolvimentos futuros e não a ser tratada de forma superficial

2.3 - Nada encontrámos nos diferentes textos relativo, à definição de finalidades essenciais orientadoras para todo o processo, e que traduzem, ou deveriam traduzir, o sentido político-técnico do mesmo, como simples tomada de posição pública, que não nos faça considerar que a situação se caracteriza:

2.3.1- pela ausência da definição do valor do Moinho como expressão de vida, de trabalho e de produção referido a diferentes momentos histórico-sociais;

2.3.2- pela inexistência de definição das finalidades orientadoras do processo de restauro estruturado de forma a que se percepcione a evolução do edifício ao longo dos séculos, o que, de facto, deve constituir a razão essencial e justificadora da acção que agora se pretende empreender.

Na realidade é fundamental compreender que, ao contrário daquilo que a chamada "opinião pública" possa expressar, não se trata de modo algum, de "recuperar" um vulgar edifício arruinado, de construção com algumas décadas, e cujo valor histórico é nulo, mas de na intervenção a realizar tomar em consideração, que no Moinho Grande se foram sucedendo transformações construtivas e transformações técnicas e tecnológicas resultantes da sua relação com as necessidades das comunidades (na qual existia e às quais dava resposta) processo que se foi elaborando ao longo de um vasto período de tempo, expresso em cerca de 600 anos. Atenção, não basta no final ter uma sala de exposição com painéis mais ou menos sugestivos, para tal qualquer sala serviria.

2.3.3- de acordo com esta perspectiva não está unicamente em causa a procura, a marcação/numeração e a lavagem das pedras caídas no processo de ruína, mas de um processo que respeite a importância histórico-social do "sítio" para a vida cultural, social e económica do Concelho. Colocamos a questão citando Cesare Brandi, uma das vozes mais conceituadas da actualidade sobre esta questão, e que refere o seguinte ( citado por Jorge Aguiar, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa):"... o restauro deve permitir o restabelecimento da unidade potencial da obra de arte ,sem produzir um falso histórico e sem anular os traços da passagem do tempo".

**3- ESTA OBRA DE RECUPERAÇÃO VAI SERVIR PARA QUÊ?**

3.1- É tempo de colocarmos esta questão vital e justificadora do processo. Esta pergunta conduz-nos a um novo mas importante tema, sobre o qual faremos uma simples referência dadas as características do texto, mas também por ser uma questão que, com estranha frequência, nem de forma elementar, passa pelo espírito dos decisores: a tal "recuperação" toma em consideração as potencialidades que um processo de "restauro" de facto possuí para o desenvolvimento sócio-económico do Concelho do Barreiro, ou vai limitar-se a "alindar" um edifício em ruína, "arranjando-o" porque incomoda a paisagem e serve unicamente para apresentar uma das antigas actividades da comunidade barreirense aos alunos de algumas escolas e pouco mais? A eliminação do armazém, e o nulo tratamento integrador na dinâmica global do "Sítio", apontam claramente neste último sentido. É opinião desta Associação que, desta forma, o Concelho perderá um dos seus importantes vectores ( entre outros, evidentemente) para o seu desenvolvimento futuro. Se assim for, esta será a segunda oportunidade perdida em Alburrica do ponto de vista do contributo do património cultural para o desenvolvimento sustentado, que nunca é mencionado, nem equacionado nos documentos consultados. O que faz pensar que esta questão é completamente desconhecida.

3.2- O facto evidente do Executivo Camarário ter decidido impedir qualquer tipo de participação, até mesmo uma elementar informação prévia, "fechando" a elaboração de um projecto de "recuperação" nos limites estreitos e puramente tecnocráticos dos Serviços, demonstra claramente que jamais teve a intenção de conceber um processo de restauro do Moinho Grande, e muito menos de integrar essa acção num processo mais vasto do próprio desenvolvimento do Concelho do Barreiro. Na ABPMF lamentamos seriamente este facto, porque se comprova que o que predomina essencialmente nesta operação de "recuperação", são unicamente os aspectos das "pedras mortas", como o diria António Sérgio, ou seja, os valores essenciais potencialmente presentes na ainda actual ruína ( que, como referimos são de carácter histórico, patrimonial, cultural, educativo, social e económico) colocados ao serviço da população do Barreiro, são obviamente esquecidos e ultrapassados em benefício de um processo de exclusiva afirmação política, vazia de significado democrático e intenção desenvolvimentista.

Na actual situação em que se encontra a elaboração do processo de "recuperação" do Moinho, não nos restam dúvidas de que um dos principais argumentos, para além das habituais acusações de sectarismo político, será o de que o "projecto", apresentando-se como acabado só se limita a tratar tecnicamente a situação de ruína em termos arquitectónicos, e, por isso é alheia a estas considerações. Este é um procedimento a que já estamos habituados, mas que, pelo seu carácter sofismado e falso, repudiamos, considerando-o como desrespeitoso, não só em relação a esta Associação , mas também no que à população barreirense diz respeito.

4 - Sem qualquer ingénua esperança, gostaríamos de saber como é que os responsáveis de todo este processo, responderiam ao conteúdo dos seguintes pontos expressos na Lei de Bases do Património Cultural, Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro e que se aplica e todo o processo em causa: Art.º2º, nº1, nº3, nº5; Art.º 3º, nº3; Art.º 6º, alineas b), c), e f); Artº 8º; Artº 10º, nº1, nº4, nº5, nº6; Artº 11º, nº1 e nº2; Artº 12º, alíneas c) e d); Artº 15º; Artº 44º, nº2 e nº3 e Artº 45

Para além deste conjunto de considerandos e reflexões que integram e justificam também as nossas dúvidas, seguidamente reproduzimos as questões prévia enviadas à Câmara Municipal do Barreiro com um conjunto de pedidos de sclarecimento que aqui reproduzimos como problemas.

**5. Problemas que permanecem sem resposta**

5.1 - O facto de continuarmos a ter soluções avulsas, peça a peça, quando devíamos ter um projecto para o património do Concelho e no mínimo, no caso dos moinhos do Sítio Classificado de Alburrica para todo o território por forma a que haja uma coerência e que as razões ambientais, paisagísticas e moageiras, que são o cerne da classificação, não se esfumem em voragens tentadoras que vendem gato por lebre aos mais desprevenidos.

5.2. Desconhecemos, porque nada encontrámos nas peças consultadas, se o que está traçado dá resposta ao Plano da Área Metropolitana de Lisboa relativamente aos cuidados de protecção deste território face às consequências das alterações climáticas, que nesta zona se sentirão com especial gravidade, visto que são áreas assinaladas como de risco no Plano da Área Metropolitana de Lisboa para resistência do território às alterações climáticas.

5.3.Ficámos a saber que este moinho terá o seu armazém demolido, não sendo reabilitado como uma unidade composta pela caldeira, pela zona da moagem, pelo armazém e casa do moleiro, pelo caís de embarque e pelo barco do moinho, não seguindo, desta forma, as recomendações da "Carta de Veneza", subscrita por Portugal, e que refere que um bem patrimonial construído deve de ser reabilitado em todas as sua componentes para que não se apague parte da sua história. E, ainda , se tiveram em conta o mencionada na Lei 107/2001?

5.4.Também desconhecemos se existiu um estudo pluridisciplinar do moinho, bem como um programa de utilização global do espaço, fundamental para a realização do projecto, dado que ambos não constavam das peças consultadas. E na memória descritiva da obra as referências ao estudo pluridisciplinar não existem, e as relativas ao programa são pouco claras e escassas.

5.5. Será que existe programada uma campanha arqueológica para o cumprimento do Decreto-Lei nº 164/2014, Art.º3ª, alíneas c) e d), o qual determina que um bem patrimonial, integrado num conjunto classificado, tem de ter prevista, para antes do início das obras, uma prospecção arqueológica, nada encontrámos sobre este aspecto.

5.6. O facto de o moinho Grande ser património classificado, porque se encontra num sítio classificado por razões de protecção paisagística, ambiental e moageira, parece não ter merecido, tal como está estipulado no Decreto-Lei nº 309/ 2009 de 23 de Outubro, no que concerne à sua reabilitação como património classificado, o parecer da Direcção Geral do Património Cultural, dado que este parecer não constava das peças consultadas.

5.7. Quanto à caldeira do moinho, a descrição da obra não se reflecte nas peças desenhadas, ou seja o que se diz fazer na memória descritiva não aparece em desenho, assim sendo desconhecemos se se mantêm o objectivo de realizar na caldeira do moinho uma praia artificial, o que levanta as maiores dúvidas do ponto de vista ambiental e paisagístico.

Logo que tenhamos mais factos, após as resposta que esperamos ter da CMB às dúvidas que subsistem e que endereçámos ao Sr. Presidente, voltaremos a partilhá-los, porque estamos certos de que não existe participação sem informação e que esta é um direito consignado na lei e não uma distinção que, quem está no poder dá quando quer e dá jeito e tira quando não lhe interessa.

**Associação Barreiro Património Memória Futuro**

# *Quinta Braamcamp* – Apontamentos e reflexões

**Rosalina Carmona - Historiadora**

***Fábrica de cortiça, moinho de maré, palacete e outros edifícios da Quinta Bramcamp.*** *Foto Associação Barreiro Património Memória e Futuro*

O sítio hoje conhecido como Quinta Braamcamp, era um baldio na Ponta do Mexilhoeiro a noroeste da orla marítima do Barreiro onde, em época indeterminada, foi construído um moinho de maré de sete pedras. Dois anos após o grande terramoto do século XVIII sofreu grande dano começando o seu proprietário, Vasco Lourenço Veloso, a reedificá-lo em 1757. Sabe-se que, mais para Sul, no então Cabo de Pero Moço (Alburrica), existiam engenhos moageiros desde o século XV, não sendo de excluir que o moinho da quinta Braamcamp existente em 1757, não pudesse estar levantado antes desta data. Só uma investigação arqueológica na zona envolvente, ou mesmo na caldeira do moinho, poderá carrear novos elementos que permitam datar com mais precisão a sua edificação.

Meio século mais tarde (1804), o moinho carecia de novas obras e os herdeiros de Lourenço Veloso decidem vender a propriedade[1]. Nesta altura, refere-se na escritura, que «dos moinhos não existiam mais que ruínas, que os armazéns e casas precisavam de alguns consertos achando-se bastante danificados, e que os baldios não admitiam cultura alguma»[2]. Mais dizia o documento, que a quinta confrontava a Norte e Poente com mar salgado, Nascente com terrenos da Vila e Sul com as caldeiras de moinhos de diversos donos. O comprador fora Geraldo Venceslau Braamcamp e a venda concretizara-se, apesar das dificuldades em encontrar as antigas escrituras. Com efeito, e embora «fazendo toda a diligência por elas por diversos cartórios e ainda mesmo no da Câmara daquela Vila, não aparecerem, pelo que foi passada certidão pelo escrivão para a sua feitura, pois os títulos que por antigos não há memória deles.»[3] Esta nota de não haver memória da época em que a propriedade havia sido emprazada (registada) na Câmara, é mais um indício que aponta para a antiguidade da quinta e do moinho.

Após a compra da quinta o Barão do Sobral, Geraldo Venceslau Braamcamp, reedifica o moinho aumentando-lhe a capacidade produtiva para dez (10) pares de mós, tornando-se um dos maiores na foz do Coina e no estuário do Tejo. É então que ganha a denominação de moinho do Braamcamp.

*1 Vd. AN/TT, Desembargo do Paço, Ilhas, mç.1456, nº 17*
*2 Cf. AN/TT, Desembargo do Paço, Ilhas, mç.1456, nº 17*
*3 Os documentos dos títulos de propriedade eram tão antigos que se tinha perdido a sua memória no tempo, cf. AN/TT, Desembargo do Paço, Ilhas, mç.1456, nº 17*

***A quinta Braamcamp e a fábrica de cortiça, anos 1960 (?). Foto de autor desconhecido***

Interessa compreender o contexto temporal em que Braamcamp surge no Barreiro. Para isso temos de retroceder ao reinado de D. Maria I (1777-1815) que se caracteriza, entre outros aspectos, por políticas económicas de extinção dos monopólios estatais estabelecidos por Pombal – os quais visavam o incremento das manufacturas portuguesas e a diminuição da dependência de importações estrangeiras, especialmente britânicas. Com a "Viradeira"[4] passam do domínio do Estado para a posse de grandes burgueses comerciantes e outros homens de negócios, alguns dos mais importantes fabricos portugueses. O comércio tornara-se uma porta para a nobilitação de burgueses ricos, a partir de uma lei de 1785 que proibia as manufacturas têxteis no Brasil, dando primazia às produções portuguesas. Uma das grandes manufaturas concedida a privados, seria a importantíssima fábrica de lanifícios de Portalegre. Ora, acresce que é no reinado de D. Maria, que Geraldo Braamcamp, com Anselmo da Cruz Sobral, recebem Carta de Privilégio da posse da fábrica de lanifícios de Portalegre, em 1788.[5]

Quando chega ao Barreiro, Braamcamp trazia o legado das manufacturas têxteis pombalinas e, tirando proveito dos terrenos aráveis da quinta, procedeu à plantação de um pomar de amoreiras com que havia de alimentar a criação de bichos-da-seda, destinada à produção de fio para as fábricas de Portalegre. Talvez daqui tenha nascido um dos primeiros impulsos protoindustriais no Barreiro. Terá sido a sua visão industrial que o terá motivado a construir um engenho moageiro que não teria paralelo em Portugal. Não se sabe se foi construído, ou não saiu do papel, mais uma vez só a pesquisa arqueológica complementada com a histórica, permitirá obter mais certezas.

Ora, em 1813 Braamcamp tornara-se um abastado comerciante, tendo recebido o título nobiliárquico de 1º barão do Sobral. A Quinta do Braamcamp tornar-se-ia ainda em vida do seu proprietário uma importante propriedade rural, onde foi plantado um pomar de amoreiras para alimentação de bichos da seda, produção destinada à indústria têxtil da sua fábrica em Portalegre. [6] Alguns exemplares de amoreiras ainda hoje subsistem na quinta.

Quando o Barão do Sobral morre, em 1837, a quinta passa para seu filho segundo, Anselmo José Braamcamp que, ainda nesse mesmo ano, faz permuta da propriedade com Abraham Wheelhouse, a quem ficou pertencendo. Na escritura de venda da propriedade, deparamo-nos com uma descrição bastante detalhada da quinta, onde é referida a existência de «*um moinho de água salgada no sítio do Mexilhoeiro, que consta de 10 engenhos, cais com uma varanda de grade de ferro que dá serventia ao mesmo moinho, um armazém com sobrados por cima, que faz umas casas nobres e uma pequena loja com uma galeria de casas térreas com várias acomodações e pertenças, outras casas no final da caldeira do moinho e uma grande caldeira com muros de pedra de alvenaria*.»[7]

A casa nobre com galeria de casas térreas é, por certo, o grande edifício e o seu jardim interior, que poderá datar ainda do século XVIII, ou ter sido ampliado já em Oitocentos, dadas certas caracterísiticas ainda presentes na arquitectura.

Desde que a quinta Braamcamp é vendida aos Wheelhouse começa a ser conhecida, também, por "Quinta dos Ingleses" mas o moinho, continuamente a produzir farinha para Lisboa, será sempre "do Braamcamp", consolidando o topónimo do sítio. Diga-se de passagem que os Wheelhouse introduziram na quinta o fabrico de "bolacha" ou pão, actividade que desde 1830 mantinham em Lisboa numa fábrica no antigo Convento de S. Francisco, hoje Museu do Chiado, onde ainda se podem ver parte dos fornos de pão. Os Wheelhouse vendem a quinta Braamcamp em 1884, aos seus compatriotas Reynolds. São estes, industriais de fabricação de cortiça no Alentejo, que trazem a cortiça para a quinta montando uma unidade produtiva para exportação de prancha, em funcionamento desde 1882 em regime de arrendamento[8]. No ano seguinte a família Reynolds já realizara obras na quinta, fazendo dela a sua habitação permanente. Em 1884 a propriedade dos Reynolds compunha-se de «casas de habitação, armazéns, casa que foi fábrica de bolachas, moinho e motor de água, terras de semeadura e diversas arvores». Os Reynolds entram em falência e a quinta é vendida em 1895 a outra firma inglesa, a The Cork Company Ltd. Desta, passa à posse da Sociedade Nacional de Cortiças em 1897. Contudo, os ingleses continuaram a habitar no seu palacete da quinta

*4 Historicamente denomina-se "Viradeira" a reação da nobreza afastada por Pombal, que assim foi reabilitada ao mesmo tempo que muitas das políticas públicas pombalinas foram revertidas por D. Maria I.*

*5 Vd. "Inventário dos Bens da Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre a serem entregues a Anselmo José da Cruz Sobral e a Geraldo Venceslau Braamcamp de Almeida Castelo Branco", vd. 'Real Fábrica das Sedas, liv. 1116", PT/TT/RFS-FPTG/B/1/3.Cf. A Quinta Braamcamp por Pedro Pereira" https://www.facebook.com/Barreiro-no-Cora%C3%A7%C3%A3o-448403425189961 Consultado em 22/o3/2021*

*6 Idem*

*7 Cf. ANTT, Notarial de Lisboa, Cx. V-B/236*

*8"Espólio da Casa Reynolds/ Sociedade Nacional de Cortiças", ed. Câmara Municipal do Barreiro, 2015, pg. 9*

***Quinta Braamcamp, anos 60 (?) do séc. XX***

Braamcamp, até 1969.

Foi por lá viverem ingleses que, durante a II Guerra Mundial, concretamente em Julho de 1943, no decurso da maior greve que paralisou as fábricas da CUF e deu origem a marchas da fome nas ruas do Barreiro, que a Quinta dos Ingleses atraiu a atenção da PVDE.

A Grã-Bretanha, país integrante da frente antifascista que combatia o nazifascismo na Europa, era objecto de espionagem e os seus cidadãos vigiados pela polícia política. A Quinta dos Ingleses, e os seus moradores, são acusados de apoiar os grevistas, distribuindo auxílio em bens alimentares em certos dias, para o que seria arvorada a bandeira inglesa na Quinta. A greve seria sufocada com violência inaudita pelo Comando Militar que, a partir de então, ocupou a Vila do Barreiro.

No final da II Guerra, nos dias 8 e 9 de Maio de 1945, é de novo para a Quinta dos Ingleses que se dirigem as manifestações de regozijo pelo fim do conflito mundial, tendo a PVDE efectuado dezenas de prisões.[9]

Em 1973 a Quinta/Fábrica de cortiça é adquirida, em parte, por um antigo funcionário, Edmundo Luís Rodrigues Pereira que, cinco anos depois, a compra na totalidade passando a ter a designação última de Esence.[10]

De 1975 até 2008 a fábrica mantém-se em laboração, com altos e baixos, sendo declarada falência financeira em 2008. Em 2010 todo o recheio foi vendido como sucata e os terrenos passaram para a posse do Banco Comercial Português. No ano seguinte, 2011, dois incêndios com origem criminosa destroem primeiro o moinho setecentista (Fevereiro), depois as instalações fabris, armazéns, o grande palacete e outros edifícios anexos (Setembro). A partir de 2011 a Quinta Braamcamp está a saque e é destruído o que restava daquele património edificado e industrial.[11]

Em 4 de Novembro de 2015 a Câmara Municipal do Barreiro, aprova por unanimidade a compra da Quinta, a fim de a retirar do mercado imobiliário, com uma estratégia de fruição pública generalizada, numa zona privilegiada do concelho. A escritura pública seria assinada em Dezembro de 2016. A 6 de Julho de 2017 a Câmara Municipal aprova a classificação patrimonial de Alburrica, Mexilhoeiro e todo o património moageiro, com a Quinta Braamcamp incluída. A classificação do Sítio de Alburrica e do Mexilhoeiro e seu Património Moageiro, Ambiental e Paisagístico é publicada em Diário da República, 2ª Série, nº 139 de 20-07-2017. Ainda em 2017 as eleições autárquicas mudam o rumo político do concelho e o PS vencedor, afirmava "uma visão" para a Braamcamp, onde o que sobressaía era um parque temático e uma roda gigante, numa atitude oposta à do anterior executivo CDU. Em Março de 2018, o actual Presidente da Câmara desloca-se a uma Feira Internacional Imobiliária, onde vai promover

9"Quinta Braamcamp – 1943. Lugar de Memórias e Resistência no Barreiro" Rosalina Carmona, https://www.rostos.pt/inicio2.asp?cronica=11000530

10 Vd: https://www.associacaobarreiropatrimonio.pt/braamcamp/2019/06/20/quinta-do-braamcamp-cronologia-de-acontecimentos/. *Consultado em 22/03/20121*

*11 dem*

a venda da Quinta Braamcamp.

Em 2019 o actual executivo, com o voto de qualidade do Presidente da Câmara, decide vender a Braamcamp. A decisão seria ratificada pela Assembleia Municipal, mas apenas com um voto de diferença. A decisão dividiu a opinião pública e, ainda nesse mês de Março, uma assembleia de cidadãos dá corpo à Plataforma Cívica "Braamcamp é de Todos", opondo-se à venda da quinta. Actualmente a Associação Barreiro Património Memória e Futuro deu entrada de uma Providência Cautelar que contesta a alienação da quinta, baseada no facto de colocar em causa os direitos do património público e cultural, da qualidade vida, do urbanismo, do ordenamento do território, do ambiente, bem como o de assegurar a defesa dos bens das autarquias locais. A Providência aguarda decisão do Tribunal.

**Frente ribeirinha como 'Paisagem Cultural'**

Em 2016 a quinta Braamcamp tornou-se bem público, pertença de toda a comunidade. A quinta foi adquirida com o fim de mantê-la na esfera pública para usufruto dos barreirenses, com toda a carga histórica e memórias a ela associada. No momento presente, trata-se de não permitir que o património colectivo seja destruído ou usurpado, construindo prédios numa zona, que já sabe hoje, é de alto risco de inundação face às alterações climáticas.

O que venha a ser feito na Braamcamp vai ter um impacto futuro na qualidade de vida dos barreirenses, interessa por isso que a opção seja construída e partilhada pela população, e não contra ela.

Importa olhar o território numa perspectiva integrada, como unidade paisagística que é. Toda a orla ribeirinha, desde a Praia Norte, o Bico do Mexilhoeiro, a Quinta Braamcamp, Alburrica e os seus os Moinhos de Água e de Vento, poderiam ser classificados como 'Paisagem Cultural'.

Esta é uma categoria de bem cultural estabelecida pela UNESCO em 1992 e caracteriza-se pela interação entre o ambiente natural e as atividades humanas. Ora, a zona específica que referimos constitui, precisamente, o resultado de uma paisagem natural que foi sendo modificada pela intervenção humana, daí a sua natureza 'cultural'.

«As paisagens culturais são bens culturais e representam as «obras conjugadas do homem e da natureza» a que se refere o artigo 1º da Convenção. Ilustram a evolução da sociedade humana e a sua consolidação ao longo do tempo, sob a influência das condicionantes físicas e/ou das possibilidades apresentadas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, económicas e culturais, externas e internas.»[12]

A Quinta Braamcamp insere-se num território de múltiplos elementos de valor ambiental, patrimonial e paisagístico, onde complexas camadas de valores se foram sobrepondo ao longo do tempo.

Manter a quinta enquanto espaço natural, preservando a natureza, a biodiversidade e a ligação com o rio, é o que se impõe no tempo presente. Para isso é preciso protegê-la o mais possível e a classificação integrada de toda esta zona como Paisagem Cultural é a única forma de fazer com que, no futuro, procedimentos atentatórios do bem comum colectivo, prejudiquem a maioria da população em benefícios duvidosos de uma pequena elite.

Com este tipo de classificação o que se pretende é uma Braamcamp protegida enquanto espaço natural, com equipamentos desportivos e de lazer, algum edificado mas respeitando a memória histórica da quinta: os seus palacetes, armazéns industriais e o moinho de maré do século XVIII. Com o mínimo de intervenção urbanística, mas restaurar o património edificado possibilitando novos usos e equipamentos de lazer e fruição.

E acima de tudo, que a Braamcamp permaneça na esfera pública, propriedade do Município. Temos direito a ela, depois de muitos séculos em que esteve fechada ao público, por ser propriedade privada. Hoje isso não acontece, ela é pública e é assim que deve permanecer.

**A Bramcamp deve ser um espaço de TODOS E PARA TODOS!**

*12 «Paisagens Culturais» in 'Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial', ed. Comité Intergovernamental para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural/Direcção-Geral do Património Cultural, 2010, pp. 22*

# Risco de Cheias na Margem Sul, uma consequência das Alterações Climáticas

Carlos ANTUNES; Instituto Dom Luiz (IDL), Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL)

Esta cartografia representa as zonas que ficarão frequentemente submersas em cenários futuros

*Fonte: https://smart.campus.ciencias.ulisboa.pt/portal/apps/MapSeries/index.html?appid=ebee609293804c49abd52ccfb07f4762*

Em cenário futuro de alterações climáticas (AC) com impactona subida do nível do mar (SNM), existe um elevado risco de cheias para as populações costeiras-que residem em zonas baixas e rasas, como é o caso da Margem Sul do Estuário do Tejo, e em particular o concelho do Barreiro. No contexto da adaptação às AC, a avaliação da vulnerabilidade costeira à SNM vem-se tornando cada vez maisuma ferramenta fundamental para o apoio à tomada de decisão ao nível da gestão do território municipal,de modo a antecipar os impactos sobre aspopulações e sobre o conjunto de actividades e infraestruturas de elevado valor socio-económico. A SNM é apena um dos fatores, de entre outros, que irá impactar o risco costeiro. Juntamente com o previsível aumento da tempestuosidade associado aos cenários de AC, é um factor sistémico que actua na intensificação de eventos extremos de inundação, elevando cada vez mais o nível das preia-mares de águas-vivas.

Apesar do conhecimento que se tem sobre o risco da SNM e do seu potencial impacte, a maioria dos municípios costeiros em zonas vulneráveis não possuem nem estudos nem ferramentas suficientes de planeamento e gestão da orla marítima suscetível à SNM, bem como, dos respetivos danos socioeconómico-ambientais daí resultantes.A elaboração de mapas rigorosos de vulnerabilidade e risco costeiro tem-se revelado de grande importância e aplicabilidade, pois possibilitam a identificação de áreas prioritárias para intervenções de prevenção e/ou mitigação dosimpactos, bem como, para a definição de orientações estratégicas na adaptação antecipada, faseada e planeada dos municípios costeiros.

De acordo com o projecto www.snmportugal.pt o concelho do Barreiro apresenta-se como um dos municípios das Margem Sul com elevada vulnerabilidade à SNM, sendo toda a sua margem ribeirinha afectada a partir de 2050 por cenários de submersão de maré extrema. Em particular, a Quinta de Braamcamp será das primeiras zonas ribeirinha a ser afectada por cenários de inundação frequente. Apesar da sua dinâmica sedimentar, que por vezes causa um aumento da sua extensão arenosa, a SNM irá progressivamente aumentando a área inundável em preia-mar de águas-vivas, reduzindo gradualmente a sua extensão e colocando em risco toda a área. Sendo uma área natural, constituída por um ecossistema inter-tidal, junto com toda a margem Oeste do Município, contribui para a riquíssima biodiversidade do Estuário do Tejo e, através de processos bioquímicos, para a tão importante captura natural de carbono. A sua ocupação através de qualquer tipo de urbanização, não só colocará em risco o seu sistema natural, como potencia o risco de danos da SNM.

# Projeto Quinta Braamcamp

Álvaro José Roberto Costa

## 1.Introdução

Este documento destina-se a traçar uma sequência de ações para manter e valorizar a riqueza ambiental da quinta do Braamcamp.

## 2.Objetivos

O objetivo deste projeto é preservar ambientalmente a área da quinta do Braamcamp e disponibilizá-la para potenciar o contacto com a natureza, sem recurso à estafada fórmula do imobiliário, a qual, a ser materializado, seria um fator de anulação dos objetivos anteriormente referidos.

## 3.Pano de ação

O plano de ação para implementar o projeto "Quinta do Braamcamp" divide-se em 3 fases:

- Fase de proteção;
- Fase de estudo e consolidação;
- Fase de desenvolvimento.

### 3.1.Fase de proteção

O objetivo desta fase é preservar a área da quinta Braamcamp de eventuais ações de vandalismo, com especial atenção aos imoveis com interesse patrimonial.

Na prática, esta fase consiste fundamentalmente na vedação das zonas da quinta Braamcamp que não dispõem de muro, as quais serão vedadas com vedação "Tipo rural", sendo mantidos portões de acesso, nomeadamente, o portão junto a escola secundaria Alfredo da Silva, o portão da antiga fabrica de Cortiça.

Embora a área da quinta Braamcamp seja vedada, esta continuara disponível para a população, ficando unicamente interdito o acesso durante o período noturno.

Simultaneamente a esta fase, poderiam ser implementadas, na zona dos pavimentos industriais da antiga fabrica de cortiça, áreas para a prática de futebol de salão e basquetebol.

O custo estimado para implementar esta fase será inferior a 25.000 Euros.

A duração desta fase estima-se num prazo inferior a um ano.

### 3.2.Fase de estudo e consolidação do projeto

O objetivo desta fase é avaliar os imoveis com interesse patrimonial, bem como a fauna e aflora de toda esta área, para posterior definição das intervenções a desenvolver.

A avaliação e a definição das intervenções a desenvolver serão executadas em estreita colaboração com as Universidades, através da realização de protocolos de colaboração.

Relativamente aos imoveis com interesse patrimonial, o objetivo final será a sua recuperação com aplicação de materiais e técnicas utilizadas na sua construção original. Contudo, a avaliar, poderão ficar por recuperar determinadas zonas, a fim de observar antigas técnicas construtivas, conforme as imagens seguintes:

Quanto aos imoveis sem interesse patrimonial, estes serão demolidos, sendo previamente realizado um plano para reaplicação dos materiais sobrantes nos projetos a desenvolver na quinta do Braamcamp, como por exemplo, aplicar os tijolos maciços na reparação de muros, na execução de pavimentos, ou incorporação na reabilitação dos imoveis com interesse patrimonial.

Numa analise prévia, a desenvolver e consolidar com a realização dos estudos necessários, considera-se que os imoveis com maior interesse patrimonial são os que constam nas imagens seguintes:

Relativamente à avaliação da fauna e a flora de toda esta área, com protocolos a desenvolver com as universidades, seriam criadas as bases para o desenvolvimento da quinta Braamcamp. Entre outros, as bases seriam fundadas nos seguintes pontos:

•Definição das espécies da flora ambientalmente adequadas;
•Avaliação e monitorização da fauna.

A duração desta fase estima-se num prazo de 3 anos.

**3.3.Fase de desenvolvimento.**

Esta fase será desenvolvida tendo como bases principais:

•Plantação das espécies de flora ambientalmente adequadas;
•Potenciar a observação e monitorização da fauna e flora, através da manutenção dos protocolos com as Universidades;
•Com base nos estudos desenvolvidos, executar a recuperação imoveis com interesse patrimonial;
•Com base nos estudos desenvolvidos, executar a demolição dos imoveis sem interesse patrimonial;

Quanto à recuperação imoveis com interesse patrimonial, com o objetivo de fator gerador de receitas, esta recuperação deveria ser iniciada pelo moinho de maré e do imóvel que se observa na Figura 6.

Numa segunda fase, a recuperação avançará para o conjunto de imoveis que se pode observar nas Figuras 4 e 5.

**4.Financiamento**

Os principais recursos para desenvolver o projeto “Quinta Braamcamp”, terão as seguintes origens:

•Com o apoio das associações já existentes que comungam desta mesma visão para a quinta Braamcamp, será criado um fundo de solidariedade para suportar os custos da fase de “Protecção”, ficando a guarda do fundo a cargo do Município;
•Também com o apoio das associações já existentes, com recurso ao trabalho voluntario, serão asseguradas as atividades de manutençãoque consistem essencialmente na limpeza e desmatação da área;
•Através do envolvimento das potenciais empresas financiadores que queiram associar a imagem “Projeto da Quinta Braamcamp”;
•Com base nos estudos “Fase de estudo e consolidação do projeto”, candidatar-se aos fundos comunitários que financiam projetos de defesa do ambiente.

**Não precisamos de fazer muito, a natureza fará o principal.**

# Património Cultural do Barreiro um Recurso de Desenvolvimento Inovador: o caso Alburrica /Braamcamp

**Carla Marina**

**A Importância Histórica e Patrimonial do Espaço**

Todo o território de Alburrica, onde se encontra a Quinta do Braamcamp, é espaço com um extraordinário carácter de unidade ambiental e singularidade paisagística no País e na Área Metropolitana de Lisboa, com características ecológicas e mesológicas únicas, propiciadoras da instalação, ao longo dos séculos, de vários engenhos de moagem de natureza proto-industrial, em conjunto com outras actividades que espelham parte significativa da nossa história e identidade.

Toda esta área não pode ter um tratamento que anule a importância significativa do seu património cultural e natural, e a singularidade da sua paisagem, colocando em risco o riquíssimo ecossistema classificado como Rede Ecológica Nacional, desde 1997.

Ao longo dos séculos, neste sítio cruzaram-se actividades produtivas especializadas, das marinhas de sal à piscicultura, da construção naval à transformação da cortiça, da moagem tradicional à moagem a vapor. Na Braamcamp, uma quinta, integrada na tradição das quintas estuarinas do Tejo, e, ainda, a agricultura e a criação de bicho-da-seda servida por uma plantação e viveiro de amoreiras e o fabrico, caracterizando-a como uma quinta de veraneio auto sustentável. Escolhida por Venceslau Braamcamp pela posição estratégica, frente ao Terreiro do Paço que lhe permitia a criação de um perfil paisagístico novo, visível desse ponto, onde habitava, mas também, pela proximidade ao santuário de Nossa Senhora do Rosário, muito homenageado pela família real. Esta nova paisagem, que tinha como elemento dominante o Moinho Gigante do Barão do Sobral, era um sinal evidente de promoção e do poder e influência desta família. Na Quinta seguindo a tradição, procurou criar uma paisagem ideal romântica, inspirada nos antigos parques ingleses, como se se tratasse de uma pintura. O desenho desta paisagem artística foi criado com produções agrícolas e agro-industriais.

A todas estas actividades juntam-se os portos, os caís de embarque, uma enorme variedade de embarcações ligadas ao rio e a pesca ao cerco, tão bem documentada por Augusto Cabrita.

Todo o território está classificado como Sítio de Interesse Municipal, para protecção ambiental, paisagística e moageira, desde 6/7/2017, proposta aprovada por unanimidade por todos os vereadores, de todos os partidos que constituíam o executivo.

Segundo a Lei de Bases do Património, Lei nº 107/2001, esta classificação significa o reconhecimento que toda a área tem "um inestimável valor cultural", havendo condicionantes legais que têm de ser cumpridas e tidas em conta qualquer que seja a proposta para o futuro deste espaço.

Pensamos que não se deve tratar com ligeireza tantos séculos de história e um património ambiental tão rico, sobretudo quando sabemos que "Não Há Planeta B", que todos os especialistas e investigadores recomendam que se comece a agir do nível local para o global e que o Secretário-geral da ONU se viu obrigado a lançar uma campanha, visualmente forte a nível mundial, para chamar a atenção dos políticos que, segundo o próprio, continuam a não adoptar as medidas políticas necessárias.

**A Fragilidade do Território Obriga a Pensar Cuidadosamente no Projecto Futuro**

Se consultarmos o estudo realizado pelo Grupo de Investigação Estejo, com o título "Workshop Estejo: Alburrica, publicado online em 2012, bem como a simulação da subida das águas, disponível on-line e fruto de uma investigação do prof. Carlos Antunes, verificamos que com as alterações climáticas a subida do nível das águas porá em risco todas as zonas costeiras e Alburrica e a Quinta do Braamcamp não são excepção, pelo que terão de haver

propostas sustentáveis: que tenham em conta as questões ambientais que se colocarão num futuro próximo, e, todos sabemos, que a construção de imobiliário não faz parte deste tipo de propostas, é só pensar o que aconteceu e acontece no Algarve e em toda a zona litoral portuguesa. Por outro lado as 4 caldeiras dos moinhos de maré, bem como a zona alagadiça da Quinta são zonas de sapal que conjuntamente com as pradarias marítimas devem de ser preservadas pelo seu contributo na absorção do dióxido de carbono, ou seja no combate às alterações climáticas. Esta fragilidade pode constatar-se no Plano de Resistência ás Alterações das Área Metropolitana de Lisboa, que entre as zonas de maior fragilidade está a Quinta Braamcamp e Alburrica.

**A Pressa em Decidir é Muitas Vezes Inimiga do Bem Decidir**

Com todas as questões importantes que enumerámos parece-nos, no mínimo, estranho que o mais importante seja decidir depressa.

Decidir sem informar cabalmente a população que tem, de acordo com a lei, direito de ser envolvida no processo.

Decidir excluindo o espaço de um território mais vasto para o qual tem de haver uma estratégia de desenvolvimento integrada, não nos parece a melhor maneira de traçar o futuro da Quinta do Braamcamp nem do Barreiro. Falamos de todo o Barreiro Velho, do Complexo Ferroviário e da CUF/Quimigal, ambos em processo nacional de classificação e de toda a Zona Ribeirinha do Coina. Território que necessita de um Plano Global de Ordenamento.

Decidir colocando à partida uma só solução, uma só possibilidade – a venda total do espaço, sem estudos, com base numa proposta formatada por um gabinete de advogados, sem projecto, sem estudo de impacte ambiental, também não nos parece o melhor caminho.

**A Importância do Património Cultural do Barreiro**

O Barreiro é um caso singular no País e na área Metropolitana de Lisboa do ponto de vista da história e património. No Barreiro é possível, em cerca de 36km quadrados, percorremos uma história de séculos ligada à indústria, com significado nacional e internacional. Um percurso de participação activa nos grandes momentos da História de Portugal e do desenvolvimento do País, com relevo para o período da Expansão Portuguesa e do Processo de Industrialização, embora se possam encontrar fora destes períodos e referências de importância europeia como o campo arqueológico da Real Fábrica de Vidros e Cristalinos em Coina. Toda esta história e património constituem uma "mina de ouro" e interessa a todos os barreirenses o seu inventário, estudo, conhecimento, salvaguarda, divulgação, mas também a toda a AML, como forma de valorização desta no contexto europeu, de acordo com documentos estratégicos como o PNOPOT e o PROTAML, e, bem entendido, ao próprio País, na via de uma oferta turística diversificada e dirigida a segmentos precisos de procura turística e não só a turismo de massas.

**Património Cultural um Recurso de Desenvolvimento Inovador Conceito Geral**

"No actual mundo globalizado, o poder da cultura para transformar as sociedades é claro. Nas suas diversas manifestações, desde os nossos monumentos históricos e museus às práticas tradicionais e formas de arte contemporâneas, a cultura enriquece as nossas vidas quotidianas de inúmeras formas. O património constitui uma fonte de identidade e coesão para as comunidades afectadas pela mudança desconcertante e pela instabilidade económica. A criatividade contribui para a construção de sociedades abertas, inclusivas e pluralistas. Tanto o património como a criatividade constituem as bases de uma sociedade do conhecimento vibrante, inovadora e próspera.

A UNESCO acredita que o desenvolvimento não poderá ser sustentável sem uma forte componente cultural. Na realidade, só uma abordagem do desenvolvimento centrada no ser humano e baseada no respeito mútuo e diálogo aberto entre culturas poderá produzir resultados duradouros, inclusivos e equitativos."

Na verdade, o rasto objectivo da história de uma comunidade traduz-se em termos concretos pelo seu património material e imaterial. Este património é o testemunho e o substracto da nossa identidade. É a nossa memória colectiva e um dos instrumentos de desenvolvimento das comunidades.

A memória colectiva representa o que somos, molda a

nossa identidade, contribui para a redução da pobreza e permite um desenvolvimento centrado no ser humano, inclusivo e equitativo, porque é cultura, e nenhum desenvolvimento poderá ser sustentável se excluir a cultura.

O património cultural do Barreiro é o nosso capital social e por isso ferramenta do nosso desenvolvimento, da nossa afirmação participativa e cidadã, de valorização de uma paisagem cultural urbana, industrial e multicultural.

Porque vivemos numa sociedade em que as mudanças se operam a enorme velocidade, criando rupturas que promovem a ausência de valores simbólicos; porque vivemos num mundo em avançado processo de globalização, o investimento na cultura e naturalmente na memória colectiva e no património cultural deve constituir o cerne das políticas de desenvolvimento. Primeiro porque temos de manter o entendimento das nossas singularidades e integrar sem perda de identidade, o princípio da diversidade cultural, segundo porque sem que tenhamos conhecimento da nossa singularidade não conseguimos incorporar o que é diverso sem perder identidade, e, ainda, porque se não percebermos o significado e importância da nossa identidade, não há forma de respeitarmos todas as outras.

Por todas as razões já enunciadas, pensamos que este trabalho deve seguir a "Recomendação sobre Paisagem Cultural Urbana 1 , UNESCO,Paris, 10 de Novembro 2011", seguindo uma leitura de paisagem cultural evolutiva, ou como a designa a UNESCO de paisagem humana evolutiva. Ou seja uma leitura que assinala as marcas da acção humana ao longo dos séculos, tornando visíveis os processos de produção, o trabalho especializado, os avanços técnicos e tecnológicos, os tempos de lazer, recreio e luta, os apoios sociais e associativos, e apostando na investigação do passado ao serviço do futuro e no restauro dos bens com valor patrimonial, num espírito que integre uma gestão democrática com a participação da sociedade civil e as suas representações, mas também do sector privado e do Governo,com o concurso de fundos nacionais e europeus e a dinamização de ofertas culturais e de industrias criativas.

Uma das formas de realizar este conceito é a criação, segundo o historiador e investigador, Paulo Pereira, de estruturas de acolhimento e interpretação que têm como função: conhecer/investigar; proteger/conservar; valorizar/divulgar.

A explicação é um processo de integração do património no espaço e no tempo, fazendo-o entrar na ordem contemporânea, passa deste modo a ter uma utilidade, permitindo-nos o conhecimento de que estavamos desapossados, pondo fim à nossa alienação/afastamento.

Segundo Marcelo Martin, arquitecto e gestor cultural, responsável pelo Departamento de Comunicação do Instituto Andaluz do Património Histórico, o desafio que enfrentamos "é o de manter o conhecimento sobre o património em permanente actualização ideológica, na qual prevalecem os valores humanistas, o compromisso com o desenvolvimento que não ponha em perigo a nossa herança cultural e que as actividades em torno do património sejam um factor de mais desenvolvimento social e económico."

Com base em tudo o que explicitámos sugerimos uma concepção para o património do Barreiro de Parque Patrimonial Industrial e Ambiental, visto numa perspectiva de estrutura de acolhimento diversificado, incluindo valências de interpretação, produção, investigação e recreio.

Fica claro que nesta abordagem não há lugar a soluções casuísticas, apressadas, não fundamentadas e exclusiva ou predominantemente imobiliárias, embora reconheçamos a natureza dinâmica das cidades vivas, concordamos com a UNESCO," que o desenvolvimento rápido e frequentemente descontrolado está a transformar as áreas urbanas e suas envolventes, o que poderá causar a fragmentação e a deterioração do património urbano com impactos profundos nos valores das comunidades, por todo o mundo,"e tal como a UNESCO, consideramos que para apoiar" a protecção do património natural e cultural, deve ser enfatizada a integração das estratégias de conservação, gestão e planeamento das áreas históricas urbanas, podendo a

implementação de uma abordagem paisagística ajudar a preservar a identidade urbana," e que "o princípio de desenvolvimento sustentável implica a preservação dos recursos existentes, sendo a protecção activa do património urbano e a sua gestão sustentável uma condição sine-quanon de desenvolvimento," e constatamos, igualmente que"devido aos processos de alterações demográficas, de liberalização e descentralização do mercado global, bem como ao turismo de massas, à exploração comercial do património e às alterações climáticas, as condições mudaram e as cidades estão sujeitas a pressões e desafios do desenvolvimento, desconhecidos", pelo que se deve agir com precaução, tendo por base toda a legislação produzida pela UNESCO e adoptada por vários países, nomeadamente Portugal, o que não se tem feito no Barreiro ao valioso Património Industrial existente.

O conceito de Património Industrial, surge, sobretudo, a partir da década de 50 do século passado, integra o turismo e a noção de património cultural, em Portugal começa a falar-se sobre Património Industrial nos anos 80 e deve-se muito ao professor Jorge Custódio esta colocação do tema nas agendas da altura.

São considerados Património Industrial os vestígios deixados pelas indústrias: têxtil, vidreira, cerâmica, metalúrgica ou fundição, química, papeleira, corticeira, alimentar, ferroviária, extractiva, as ruínas, para além das obras públicas, dos transportes, das infra-estruturas comerciais e portuárias, das habitações operárias, etc. Bem como os processos de produção e maquinaria utilizada.

Pensamos que esta definição torna muito clara a importância do Barreiro no domínio do Património Industrial e da criação de rotas específicas de turismo industrial/cultural, que encontram uma larga procura de um público dedicado em todo o mundo.

Alguns dirão que não há dinheiro, que esta estratégia não tem fim, enfim que não existem resultados rápidos. Quanto ao não haver dinheiro não se sabe, porque não se sabe na realidade quanto será necessário, nem a que fundos podemos concorrer, que parceiros privados estarão disponíveis para investir num empreendimento de dimensão turística deste tipo. Não se sabe porque, embora, existam estudos e propostas, não existe um programa global que possa dar origem a projectos claros e faseados. Quanto ao não haver resultados rápidos é tempo de não confundir resultados eleitorais com desenvolvimento sustentado, sob pena de não conseguirmos mais do que um crescimento que só interessa aqueles que com ele beneficiam em exclusivo.

**Ideias para Alburrica/Braamcamp**

Sabendo que em Alburrica se condensa parte significativa da nossa história e identidade, que é um território classificado como SIM, para protecção ambiental, paisagística e moageira e integrando na sua maior parte a REN, que é um espaço de grande vulnerabilidade face ao aumento das águas do mar, devido às alterações climáticas, que ecologicamente é uma zona de grande importância para a conservação da biodiversidade, que o Barreiro possuí um vasto património industrial riquíssimo, como se torna claro nos vários processos de classificação quer a nível nacional, quer a nível local, que existe uma procura turística internacional relativa ao património industrial, propomos o estabelecimento de um programa que resulte do debate com as populações é que tenha o apoio de uma equipa multidisciplinar de técnicos, que encarar o território em toda a sua amplitude territorial/histórica/ambientais/identitária e a sua articulação com todo o espaço Barreiro, que se pode realizar a partir de Alburrica.

A título de exemplo para tornar mais claro o nosso pensamento e em termos muito esquemáticos como o texto exige, referiremos alguns aspectos que se cruzam no espaço de Alburrica e se entrelaçam na história da nossa terra, são algumas das muitas linhas de leitura possíveis e que devem ser tratadas primeiro em programa e de seguida em projecto faseado.

- a evolução dos engenhos de moagem (maré e vento) e a sua articulação com as alterações sociais, demográficas, técnicas. tecnológicas e a história de Lisboa, Capital do Reino desde muito cedo;
- a relação entre as moagens a agricultura e neste caso as muitas quintas que existiram, nomeadamente a Quinta Braamcamp, e as rotas de abastecimento dos moinhos;
- a piscicultura nas caldeiras e a pesca, nomeadamente, a pesca ao cerco, ou estacada, os barcos dos moinhos e os restantes barcos que povoaram o rio ao longo dos séculos

e influenciaram a instalação de um estaleiro de construção naval perto dos Moinhos de Vento;
- a moagem e o seu contributo decisivo para o abastecimento do Complexo Real de Vale do Zebro, a maior fábrica de produção do "biscoito", alimento base dos navios da expansão, da Armada Real e dos Fortes de Costa durante o Período dos Descobrimentos, no qual o Barreiro participou de forma muitíssimo significativa;
- a utilização de energias limpas e a importância destas no momento actual de urgência climática mundial;
- os vestígios dos caís de embarque a estação terminal do caminho-de-ferro do Sul e Sueste e a entrada no Barreiro contemporâneo das fábricas de cortiça, nomeadamente na Quinta Braamcamp, e do Império CUF;
- a Quinta Braamcamp e as quintas de recreio da beira do Tejo o seu significado, a sua articulação com a Igreja da Nossa Senhora do Rosário, e a sua participação no desenvolvimento do Barreiro;
- a história de cada um destes bens patrimoniais construídos e a história e identidade do Barreiro, também contida nas pequenas histórias do seu passado.

Salientamos, ainda, a necessidade de pensar todo esta espaço de forma integrada, multidisciplinar tendo em conta a história, o património cultural, bem como o património paisagistico e ambiental ainda existente, valorizando-os como activos de desenvolvimento sustentado, num projecto criativo que preserve o património cultural, ambiental e a sua paisagem e que se dirija às criança e jovens enquadrados pelas escolas, aos jovens sem enquadramento,bem como às famílias, à população sénior.

- Um programa: diversificado, criativo, lúdico, activo, cultural e físico, gerador de emprego, favorecedor da investigação em história local, em energias renováveis, em mobilidade urbana, em investigação sobre o Estuário do Tejo, a nível histórico, patrimonial e ambiental, e ainda da formação na área da prospecção arqueológica e restauro;
- um programa que favoreça a concepção de percursos e actividades que proporcionem experiências nas áreas da história do concelho, das energias renováveis, da observação de aves, da actividade em campos arqueológicos, da formação de públicos nos vários domínios da criação e fruição artística;
- um programa promotor da criação de pistas pedonais e clicáveis e de percursos de manutenção e outras actividades lúdicas, recreativas e criativas de fruição activa do tempo livre;
- um programa que crie infra-estruturas que permitam, aproveitando o património construído existente para:

1. a criação artística, nos domínios: pintura, escultura, fotografia, artesanato urbano, música, dança, teatro, da arte urbana, nas áreas da criação, da formação de criadores e de públicos, da fruição artística, a desenvolver a a realizar por Associações já existentes e outras que eventualmente se venham a criar;
2. a criação de Centros interpretativos e Unidade Museológica, com conteúdos interactivos ligados às energias renováveis, à história da Expansão, do Caminho-de-ferro, do Estuário do Tejo;
3. a instalação de hotelaria e restauração desde que criados os centros de interesse que possam chamar turismo segmentado;
4. a produção e realização de espectáculos em diversos domínios artísticos, de congressos, bem como para a promoção de visitas turísticas ao património construído e ambiental;
5 a criação de centros de investigação sobre história e Património Industrial, sobre ambiente, biodiversidade e alterações climáticas, o estuário do Tejo, as energias renováveis;
6. a instalação de centro de restauro nas diferentes áreas de interesse para recuperação e manutenção de património;
7 a criação de centros de produção ligados à investigação e também ao design e comunicação para produção de materiais de divulgação, exposições temporárias e renovação de exposições permanentes, exposições itinerantes, produção de materiais para venda, marketing de captação de públicos a nível nacional e internacional.

Portanto o grande desafio que se nos coloca é o de utilizarmos os recursos patrimoniais numa perspectiva de projecto economicamente viável, ecologicamente sustentado, socialmente justo, culturalmente diverso, qualquer que venha a ser a solução ela terá de responder a este objectivo irrecusável no estado actual do nosso Planeta, e deverá encarar a cultura como o cerne do desenvolvimento inovador que dê resposta à necessidade de um desenvolvimento inovador e inclusivo.

# O legado árabe e islâmico no Barreiro: os moinhos de vento

**Natália Maria Lopes Nunes**

Como membro da Associação Barreiro – Património, Memória e Futuro, e colaboradora da revista *Fundição*, como já referimos nas três revistas anteriores (7, 8 e 9), iremos apresentar, ao longo de alguns números da revista, o que sobreviveu, no Barreiro, do património de influência árabe e islâmica. Assim, neste número da revista, retomaremos um dos aspectos do património do Barreiro, os moinhos (sobretudo os moinhos de vento) sobre os quais já existem várias publicações, mas sem as referências da sua ancestralidade que é importante conhecer, a fim de podermos compreender a sua importância no Barreiro (mas também no país em geral), de forma a desenvolvermos uma atitude reflexiva e crítica sobre a preservação e conservação deste património que constitui um dos principais símbolos da cidade do Barreiro.

Os moinhos de vento e de maré na zona de Alburrica e da Quinta Braamcamp integram-se naquilo que foi a vida quotidiana do Barreiro durante muitos séculos, sendo a molinologia uma das actividades ligada aos ofícios tradicionais da cidade, com destaque para os moleiros. Sendo assim, actualmente, os moinhos do Barreiro constituem parte do seu património cultural, interligando-se com o património natural junto do rio Tejo. Contudo, eles fazem ainda parte do património arqueológico pré-industrial, tendo em conta as estruturas arquitectónicas dos moinhos propriamente ditos, sejam eles de maré ou de vento. Mas os moinhos tinham ainda algumas estruturas arquitectónicas adjacentes (e das quais não podem dissociar-se), constituídas sobretudo pela casa do moleiro e pelo local de armazenamento dos produtos para moagem (ou já moídos) e cuja construção ou localização dependia do tipo de moinho. Por exemplo, os moinhos de vento, contrariamente aos de maré, podiam ter até três pisos, o piso de recolha do grão, o piso onde estava a maquinaria para a moagem e o piso do produto já transformado.

Além disso, quer os moinhos de maré, quer os moinhos de vento (e sobretudo estes últimos) do Barreiro, e do país em geral, são verdadeiras obras de arte,

usando a energia hidráulica e eólica, contendo em si conhecimentos de uma engenharia mais popular, antes da grande industrialização da cidade. A existência destes moinhos está também ligada ao aumento populacional, sendo os cereais uma das principais bases da alimentação através do fabrico do pão. Esta ideia dos moinhos como obra de arte, estava já subjacente, por exemplo, no *Archeologo Português* publicado em 1896, através das palavras de Sousa Viterbo, quando trata o tema dos moinhos: «Uma investigação neste sentido seria não só de grande valor technico, mas até de grande valor artistico, porque viria a documentar ao mesmo tempo a historia da industria e a historia de arte».[1]

Recuando no tempo, a origem dos moinhos remonta a épocas mais antigas, nomeadamente ao período Neolítico com as mós manuais (utilizadas também, posteriormente, pelas mulheres no al-Andalus e no Magrebe. Ainda hoje, por exemplo, em Marrocos e na Tunísia, é possível ver o trabalho de moagem manual feito pelas mulheres). Depois, surgiram estruturas moageiras já usadas pelos gregos e romanos, mas essencialmente movidas por animais ou escravos. No entanto, com a vinda dos árabes para a Península Ibérica, as estruturas hidráulicas evoluíram ainda mais e a paisagem portuguesa ainda hoje tem marcas de um passado rural e agrícola ligado aos cereais e, consequentemente, à molinologia.

É ainda de salientar que, no al-Andalus, a moagem preferida era a que era feita em moinhos que aproveitavam a energia hidráulica em vez da energia animal, aspecto referido por diversos agrónomos, de entre eles, Ibn al-'Awwām, no seu T*ratado de Agricultura* (tomo 2). Este aspecto explica a quantidade de moinhos hidráulicos existentes em Portugal e o Barreiro não foi excepção. Além disso, não podemos ignorar a importância que os árabes deram ao pão como alimento base e ainda como produto terapêutico, como se pode comprovar também na chamada Medicina Profética. A Medicina do Profeta realça bem a importância do pão ao referir como deve ser consumido e ao mencionar as palavras de Aïcha, a esposa do Profeta, dizendo que se devia respeitar o pão, pois Deus colocou a seus pés os céus e a a terra.

Muitos dos geógrafos e agrónomos árabes fazem referências a estrututuras moageiras. Por outro lado, devido ao grande desenvolvimento da actividade moleira, o direito islâmico no al-Andalus também teve de actualizar as suas leis referentes a esta actividade. Assim, a partir do século IX, já existiam leis para regulamentarem, por exemplo, a construção, venda, doação, associação e exploração de moinhos. A título de exemplo, temos a obra *Wāḍiḥa* do autor Ibn Ḥabīb (m. 854), que contém muita regulamentação sobre moinhos, ou, posteriormente, entre muitas outras obras, o Tratado de Ibn 'Abdūn sobre Sevilha, nos inícios do século XII. Não podemos esquecer ainda os tratados de agricultura que referem a actividade moageira, de entre eles, o de Ibn Baṣṣāl, *Kitāb al-filāḥa* (do século XI), ou o de Ibn al-'Awwām, *Kitāb al-filāḥa* (do século XII-XIII).

Relativamente às origens dos moinhos de vento (temática principal deste artigo), existem diversas opiniões, de qualquer modo, estes moinhos são posteriores aos moinhos hidráulicos. Sabe-se que, na Mesopotâmia, já se usava a energia do vento para fazer girar rodas, noras e moinhos. Mas a primeira referência, tal como conhecemos hoje os moinhos de vento, data do século IX, na Pérsia (antiga Mesopotâmia). Alguns engenheiros mecânicos, assim como alguns geógrafos árabes, fazem referência a estes moinhos. Eles eram de eixo vertical, mas ainda muito rudimentares. Antes desta técnica, existem algumas referências vindas da China, no século V, de uns engenhos também de eixo vertical, mas servindo apenas para bombear a água para regadio.

A partir sobretudo dos séculos XI e XII, a tecnologia dos moinhos de vento começa a expandir-se através

1 VITERBO, Sousa, *Archeologo Português*, vol. 2, Agosto e Setembro de 1896, nºs 8 e 9, Museu Ethnographico Português, p. 194.

da civilização árabe e islâmica por várias regiões, sobretudo na região mediterrânica, chegando, assim, à Península Ibérica. A época do califado de Córdova foi a época onde os moinhos de vento, de tipologia mediterrânica (aqueles que mais diretamente estão ligados aos nossos moinhos de vento em Portugal), mais se expandiu na Europa. Depois, a chamada época das Cruzadas também terá contribuído para a sua difusão, visto os cruzados terem estado no Oriente, onde esses engenhos eram já conhecidos.

Curiosamente, em Portugal, ou mesmo na Europa, a primeira referência aos moinhos de vento surge no século XI, num poema de Ibn Muqānā, cujo nome completo era Abu Zayd ' Abd ar-Rahmãn ibn Muqānā. Este homem, oriundo de Alcabideche, terá vivido grande parte da sua vida em diversas cidades do al-Andalus, nomeadamente em Saragoça, Sevilha e Badajoz, contudo, com uma certa idade, deixou tudo e voltou à sua terra natal para aí viver calmamente em comunhão com a natureza e dedicando-se à agricultura. Eis o poema, segudo a versão de António Borges Coelho:

Ó tu que habitas Alcabideche! Oxalá nunca te faltem

cereais para semear nem cebolas nem abóboras!

**Se és homem decidido precisas de um moinho**

**que trabalhe com as nuvens sem dependeres dos regatos.**

Quando o ano é bom a terra de Alcabideche

não vai além de vinte cargas de cereais.

Se rende mais, então sucedem-se,

ininterruptamente e em grupos compactos,

os javalis dos descampados.

Alcabideche pouco tem do que é bom e útil

como eu próprio quase surdo como sabes.

Deixei os reis cobertos com os seus mantos

e renunciei a acompanhá-los nos cortejos …

Eis-me em Alcabideche colhendo silvas com uma podoa

ágil e cortante.

Se te disserem: gostas deste trabalho?, responde: sim.

O amor da liberdade é o timbre de um carácter nobre.

Tão bem me governaram o amor e os benefícios de Abú Bacre Almodafar

que parti para um campo primaveril.[2]

Contudo, após a chamada Reconquista, os cristãos, mas sobretudo os mouriscos, continuaram a desenvolver a actividade moageira, utilizando quer a energia da água, quer a energia do vento, aspecto bem visível na cidade do Barreiro. Como refere Inmaculada Camarero Caballero sobre essa partilha ou continuidade dos moinhos:

También sirven los documentos escritos en tierras cristianas, ya que estos reflejan fielmente el pasado anterior y más en materia de molinos, cuyo equipamiento técnico y la capacidad de obtener beneficio del agua son aprovechados por los nuevos habitantes de las zonas conquistadas, que van a usar los molinos y sus recursos hidráulicos de una manera idéntica a como lo hacían los andalusíes, sin que se produzcan grandes cambios.[3]

2 COELHO, António Borges, *Portugal na Espanha Árabe*, 3ª ed. revista, Lisboa, Editorial Caminho, 2008, p. 524-525.

3 CASTELLANO, Inmaculada Camarero, *Los Molinos Hidráulicos (arḥā) de cereales en al-Andalus. Un estudio multidisciplinar a partir de fuentes jurídicas arabo-islámicas*, s/l, Fundación Juanelo Turriano, 2011, p. 18.

A citação mostra bem a influência desse legado árabe e islâmico, quer na Idade Média, quer em épocas posteriores. Por outras palavras, pode afirmar-se que houve uma herança desse legado árabe e islâmico no que diz respeito aos moinhos de vento (e não só, como já verificámos antes). Os moinhos de maré e de vento, demonstram a relação do homem, mais concretamente dos nossos antepassados com a natureza envolvente, neste caso do Barreiro, com ligação ao rio Tejo. Por outro lado, as energias usadas, a da água e a do vento, sempre constantes e perenes, foram substituídas pelo chamado progresso industrial e os moinhos deixaram de ter importância. Contudo, eles representam a força do engenho e estão presentes em várias áreas da cultura e das artes, não apenas em Portugal, mas no mundo. Em Portugal, por exemplo, na pintura e na fotografia (veja-se a obra de Augusto Cabrita), no conto de Eça de Queirós intitulado "No Moinho", na parameologia, por exemplo, com um provérbio árabe e dois provérbios portugueses, onde o vocábulo moinho adquire um valor simbólico muito importante na chamada cultura popular: «O trigo circula, mas ele retorna sempre ao moinho» (provérbio árabe) «Águas passadas não movem moinhos»; «Levar a água ao seu moinho» (provérbios portugueses).

Em conclusão, por tudo isto (e muito mais haveria para dizer), é fundamental a reabilitação dos moinhos do Barreiro, visto serem parte fundamental do património material da região e constituírem aquilo a que chamamos a nossa identidade cultural. Neste sentido, seria de extrema importância para a cidade restaurar este património e mostrar à população, nomeadamente aos alunos das escolas, como funcionavam os moinhos e qual o tipo de vivência do moleiro. É, pois, urgente uma recuperação dos moinhos de vento e de maré, visto eles contarem uma história, a história do concelho do Barreiro desde a Idade Média. Esta urgência advém também do facto de os moinhos, sobretudo os de vento, serem o *ex-libris* da cidade e, até à actualidade, não existe um único moinho a funcionar com objetivos didácticos, pedagógicos e até turísticos. Ao mesmo tempo, é importante trazer à memória outros tempos antes da grande industrialização da cidade. Neste sentido, faço nossas as palavras de Sousa Viterbo:

É com profunda saudade que vejo desapparecer pouco a pouco vestigios da nossa antiga actividade, da nossa industria caseira. A machina vae triturando tudo no seu movimento vertiginoso, sem que mão piedosa se lembre de apanhar esses restos, humildes mas gloriosos, depositando-os depois em sitio, onde possam ser cuidadosamente estudados e onde a curiosidade lhes preste o merecido culto.[4]

4 VITERBO, Sousa, op.cit., p. 143.

# Alburrica: A Pesca a Construção naval e o Barco da Muleta que nunca mais chega!

**Armando Sousa Teixeira**

*Lisboa Rio Tejo Arte Pintura Muleta junto ao Cabo da Roca João Pedrozo CML*

O Montijo tem um Museu do Pescador, o Seixal tem o Ecomuseu, em parte dedicado ao Barco da Muleta, o Barreiro, o mais importante centro piscatório do Tejo, durante séculos, não tem nada!

Restam as memórias que se vão desvanecendo, de um longo período de quase trezentos anos, em que milhares de famílias barreirenses viveram da economia piscatória no rio-mar, da barra ao mar da Palha.

Uma extraordinária atividade dos seus barcos imponentes, únicos no mundo, com um casco forte e comprido (15 a 20 metros, sem quilha), uma companha de 15 a 20 homens.Um velame fantástico, característico e único, para que a pesca com as redes da tartaranha pudesse ser feita arrastando de través, equilibrada pelos estabilizadores suspensos da amurada, com um rendilhado metálico na proa que lhe dava um aspecto guerreiro para dissuadir os piratas que andaram na nossa costa até há segunda metade do século XVIII.

Nessa altura chegou a haver só no Barreiro (o Seixal também os tinha!) 50 barcos da muleta na faina preferencial entre os cabos Espichel e da Roca.

Como nesses tempos, continuamos à espera que chegue às nossas praias o magnífico barco da muleta, em construção há 6 anos nos estaleiros de Sarilhos.

*

"Ninguém tinha visto a Barreirense e a Argos a entrarem a barra, nem mesmo a Mar Alto, chegada agora, pouco passava do meio-dia, com muita dificuldade. Os barcos do Seixal também não passaram notícia e já tinham reentrado todos sãos e salvos na baía do Rio Judeu.

Ao fim da tarde, os lenços pretos na cabeça das mulheres eram insuficiente proteção para a chuva e para o vento que não paravam.

As saias rodadas e longas lembravam as nazarenas, davam às figuras femininas que permaneciam no areal, a imagem telúrica e ancestral da eterna e dramática espera dos barcos que não voltavam à praia, em séculos de tradição trágico-marítima.

- Senhora Ana, vamos ter fé na N. S. do Rosário! Os nossos homens hão-de voltar!

- Ora, Ora! Isto não vai lá com rezas! Vou à Capita-

nia saber se têm alguma informação.

As restantes mulheres permaneceram de mãos entrelaçadas e olhos postos na cortina cinzenta que continuava a cobrir completamente o horizonte, escondendo a cidade grande já mergulhada no lusco-fusco precoce.

Iam desfiando lamúrias e rezas, á espera de verem surgir os barcos das grandes velas. Por vezes, numa nesga do rio clareando brevemente, parecia que algo se movia e iam aparecer os barcos aguardados ansiosamente, mas logo a chuva, agora em cortina miudinha, cerrava a vista. Até que anoiteceu."

*

Os barcos a vapor nos fins do século XIX e depois as traineiras com motor de explosão, ditaram o fim da pesca à vela. No início do século XX só restavam os batéis, mais pequenos, menos dispendiosos, até que por fim, com o desenvolvimento da grande indústria capitalista, só restaram a pesca artesanal no estuário, a recolha de bivalves e a ancestral pesca da "chincha" nos esteiros do Tejo – A Pesca do Cerco.

Na Vila, a forma mais avançada da grande produção e a formação do proletariado industrial, ditam a ruína das outras formas de produção menos eficientes (pequena agricultura familiar, extração do sal, chafaricas de manufatura de cortiça, pescas).

As famílias possidentes preferem investir no imobiliário em expansão (mais lucrativo!) devido à forte imigração e não é feita a reconversão das pescas, como por exemplo em Cascais e em Sesimbra, com quem tínhamos contatos durante as fainas.

Resta a pesca de redes fixas e itinerantes, nas margens e nos esteiros do rio generoso, mas cada vez mais poluído pelas fábricas químicas, que vai durar até ao último quartel do século XX, quando a Pesca do Cerco foi descontinuada por razões ambientais.

*

A propósito do projeto apresentado pelo executivo camarário para a recuperação do Moinho de Maré Grande, também conhecido por Moinho da Serração, sem prejuízo de outras sugestões/propostas já apresentadas, enquanto esperamos na praia de Alburrica o barco da muleta (não é para morrer na praia!...) fazemos as seguintes propostas/sugestões:

1. O armazém anexo ao edifício do Moinho, deverá ser requalificado em Núcleo Museológico da Pesca, aproveitando os materiais lá guardados há anos (redes e apetrechos dos barcos de apoio à pesca do Cerco).

2. O espaço devidamente reabilitado, poderá servir como núcleo de apoio ao Barco da Muleta, expondo os desenhos e fotos das várias fazes construtivas e também para guardar os seus apetrechos, servindo-lhe de retaguarda.

3. Na perspetiva da reconversão estratégica de toda a área de Alburrica, é urgente a ligação da Avenida de Sapadores (requalificada!) à área pedonal/passadiços da Rua Miguel Pais, para assegurar a visitação turística cultural vocacionada das áreas musealizadas.

4. No âmbito do processo de classificação patrimonial da Estação do Barreiro Mar (Miguel Pais) elaborado pela ABPMF, é exigível a quem de direito (CP, REFER, CMB) a intervenção urgente para estancar a acelerada degradação do edifício. A propósito, surge-nos a questão: que pressão está a ser feita junto da CP para desbloquear a classificação do património ferroviário?

## A Arte do Cerco

## Em 1885/86, levantamento da pesca no Tejo, Baldaque da Silva (1891)

"Na zona do estuário a que corresponde o Mar da Palha existiam na época três comunidades importantes: Seixal, Barreiro e Aldeia Galega(Montijo). Estas eram as comunidades verdadeiramente estuarinas que então havia, pois raramente saiam para o oceano ou se dirigiam para montante de Vila Franca, dedicando-se ao arrasto ou ao cerco (designação então utilizada para os tapa-esteiros) na zona ".

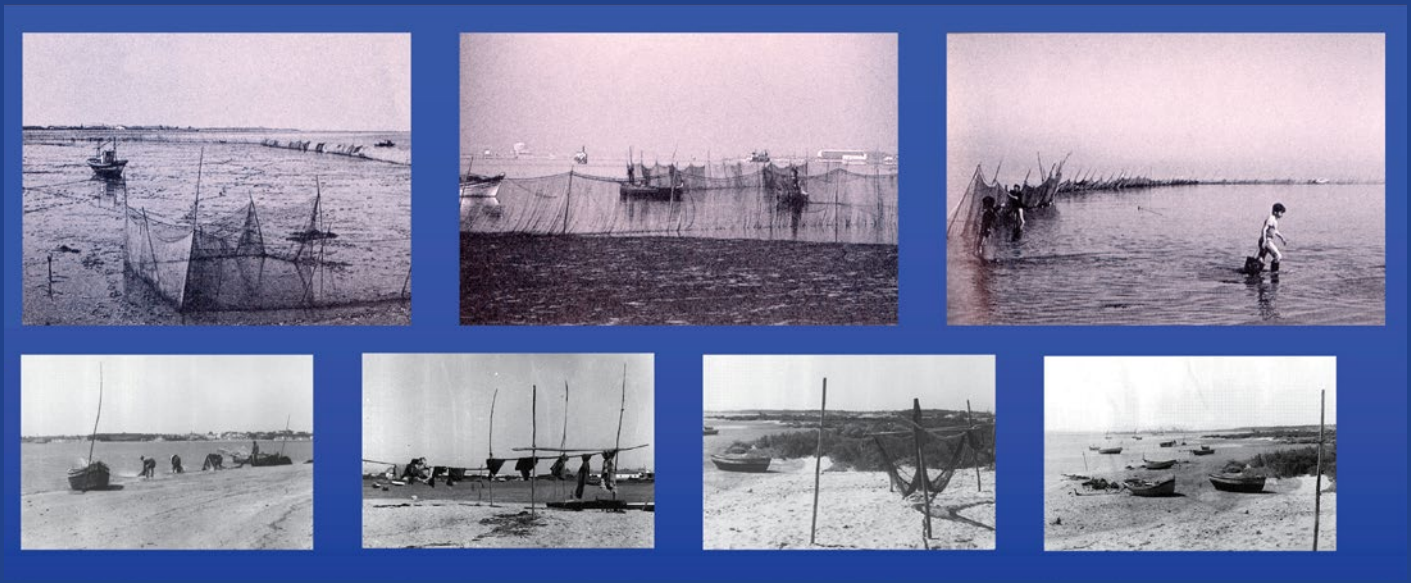
Aqui como noutros locais, todas as formas de arrasto levantaram (e levantam) problemas, havendo notícias de conflitos e de cartas régias reguladoras sobre diversas formas de arrasto no Tejo pelo menos desde o século XV (também sobre tapa-esteiros, que persistiram no Tejo até aos anos 1980).

A arte de pesca artesanal conhecida por "cerco", estacada" ou "tapa-esteiros", é uma arte com muitos séculos de vida, que foi praticada pelas comunidades piscatórias que viviam nas diversas vilas localizadas no estuário do Tejo.

No Barreiro, a comunidade piscatória exerceu esta actividade até ao SéculoXX, mais concretamente, até meados dos anos 80.

De Maio a Outubro, o cerco era armado na praia. As redes eram montadas em varas, espetadas no solo, numa camada argilosa, a que se chamava "salão" ou solão. Ficavam semi-enterradas na areia, durante a baixa-mar.

Durante a praia-mar, as redes eram levantadas e esticadas, a partir de uma embarcação espe-



cial, que tinha o nome de: "Canoa das Redes".

Na maré vazia, recolhia-se o pescado que tinha ficado cativo nas redes.

## Peixes do Estuário do Tejo

O Rio Tejo possuía uma riqueza natural, em termos de recursos piscatórios, oferecendo uma variedade de peixe e marisco, cuja captura tinha uma enorme importância na vida da comunidade, principalmente  a nível económico, pois constituía uma fonte de rendimento para os pescadores locais.

O rio era rico em (nas imagens): linguado, corvina, enxarroco, cação, robalo, enguia e ainda safio, tainha, lambujinha, camarão mouro, ostras, etc.

## O "Bico do Mexilhoeiro"

O "Bico do Mexilhoeiro", nome atribuído à zona ribeirinha onde predominavam os pescadores,  indicia a presença no local, de "mexilhão" e outros moluscos.

Era igualmente um local rico em ostras. Acredita-se que, devido à poluição provocada pelo Complexo Industrial da CUF, vieram a desaparecer ao longo dos tempos.

A poluição foi, de resto, a causa principal que conduziu ao desaparecimento de várias espécies e ao declínio da actividade nas comunidades piscatórias da zona do Mar da Palha, no estuário do Tejo.

BARREIRO
PATRIMÓNIO MEMÓRIA E FUTURO
O Património Tem Futuro!